

“PITORESCO E ROMANTICO”: PREMISSAS PARA A CONSERVAÇÃO DO SÍTIO DA ARRÁBIDA, SEGUNDO O DOUTOR ANTÓNIO NUNES DE CARVALHO, RESPONSÁVEL DO DEPÓSITO DAS LIVRARIAS DOS EXTINTOS CONVENTOS

“PICTURESQUE AND ROMANTIC”: PREMISSES FOR CONSERVATION OF THE PLACE OF ARRÁBIDA, ACCORDING TO DOCTOR ANTÓNIO NUNES DE CARVALHO, IN CHARGE OF THE DEPOSIT OF LIBRARIES OF EXTINCT CONVENTS

Rute Massano Rodrigues

*Doutoranda / ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
rute.massanorod@gmail.com*

RESUMO

O Doutor António Nunes de Carvalho, homem dedicado à memória, desempenhou um papel importante na valorização do património nacional. Liberal, académico, antigo exilado político, ocupou o cargo de encarregado do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, altura em que defendeu a conservação da Arrábida, sítio com história e características únicas. Propomo-nos revelar mais sobre uma personalidade com importantes contactos e uma ação interventiva na sociedade da época, fazendo parte das correntes liberal e romântica que contribuíram para a implementação de políticas patrimoniais na primeira metade do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE

Nunes de Carvalho | Romantismo | Pitoresco | Património | Arrábida

ABSTRACT

Doctor António Nunes de Carvalho, man dedicated to the memory, played an important role in the enhancement of national heritage. Liberal, academic, former political exile, he served in charge of Deposit of Libraries of Extinct Convents, when he defended the conservation of Arrábida, place with history and unique features. We propose to reveal more about a personality with important contacts and an interventive action in the society of that time, as part of the liberal and romantic currents that contributed to the implementation of heritage policies during the first half of the 19th century.

KEYWORDS

Nunes de Carvalho | Romanticism | Picturesque | Heritage | Arrábida

A quarta década do século XIX em Portugal caracterizou-se por profundas mudanças políticas, sociais e culturais. A implementação do liberalismo trouxe consigo, através de D. Pedro IV, de D. Maria II e de um conjunto de personalidades, antigos exilados políticos, ideias que tinham como objetivo “civilizar” o país, equiparando-o a outras nações europeias.

A extinção das Ordens Religiosas, em 1834, colocaria nas mãos do Estado património móvel e imóvel, meios que poderiam contribuir significativamente para essa concretização; para além da instrução e valorização do indivíduo, da sua utilização com fins pedagógicos e culturais, tinham um valor material, muitas vezes estratégico-político e financeiro, justificando a sua conservação.

O Romantismo desenvolver-se-ia enquanto consequência natural das profundas mudanças políticas e sociais que as sociedades europeias enfrentavam. Com a sua base em França, Alemanha e Inglaterra, as ideias chegariam a Portugal através de exilados e viajantes, figuras chave no processo de difusão e tomada de consciência dos valores nacionais. Enquanto velhos símbolos do poder eram rejeitados, conventos eram encerrados, património descurado ou mesmo destruído, surgia um sentimento de proteção e nacionalismo romântico, em que os monumentos eram vistos como documentos históricos que importava preservar. Desenvolvia-se a noção de património nacional e com ela a ideia da importância da sua conservação.

NUNES DE CARVALHO E O PATRIMÓNIO

Tal como Alexandre Herculano ou Almeida Garrett, também o Doutor António Nunes de Carvalho (Viseu, 1786 – Coimbra, 1867) – encarregado do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos¹ (DLEC), tinha sido um exilado. [fig.01]

No exílio, entre 1828 e 1833, desenvolve contactos na mais alta esfera liberal portuguesa e priza com personalidades como o bibliotecário, conservador, professor, arqueólogo e egiptólogo Champollion-Figeac (1778-1867)², irmão de Jean-François Champollion. Em finais de 1831, ou inícios de 1832, era escolhido para a nobre tarefa de professor de Literatura Portuguesa da futura Rainha D. Maria II, em Paris (Barata, 2003: 33). No estrangeiro, este antigo lente da Universidade de Coimbra encetava aquela que José Maria de Abreu (1818-1871) descreverá como

“uma nova era de vastas e profundas lucubrações científicas, de novos e variados estudos, em que tão bem sabia aproveitar as longas horas de duro exílio, e mitigar as saudades da patria, procurando, então mesmo que tão adversa se lhe mostrava, servi-la e honrar-a com os seus escriptos, e eruditas publicações.” (*Gazeta*, 1867:1).

Nunes de Carvalho, revelaria ao longo da sua vida, um interesse pela memória, talvez fomentado pelo contacto próximo com D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814) que o chama, em 1806, para leccionar Humanidades em Évora³ (*Gazeta*, 1867:1). Com este intelectual “completou a sua educação litteraria, e adquiriu aquelle extremado amor pelas letras e pelos seus cultores, que foi a paixão dominante de toda a sua vida.” (*Gazeta*, 1867:1); Cenáculo era

1. Estrutura montada no extinto convento de São Francisco da Cidade, com o objetivo de proceder à recolha e gestão das “Livrarias, Cartorios, Pinturas, e mais preciosidades litterarias e scientificas” dos conventos suprimidos. Portaria/circular de 24 de março de 1835. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Arquivo Histórico, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx-01-01

2. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Condes de Linhares, Mç.109 doc.7, Mç. 41 doc. 11.

3. O percurso de Nunes de Carvalho tinha-se iniciado no Colégio Oratoriano de S. Filipe de Néri, onde revelou grande brilhantismo, sendo convidado em 1804, para professor substituto da cadeira de Latim (*Gazeta*, 1867:1). Depois de Évora, Coimbra foi o destino seguinte. Em 1809 era professor de Lógica no Real Colégio das Artes. Já formado em Cânones e Leis, em 1822 tomou o grau de doutor em Jurisprudência, ano em que passa a professor efetivo da Universidade. A adesão à Causa Liberal levou a que em 1823 fosse incluído na lista de lentes conotados com o liberalismo e a que, em 1828, abandonasse aquela cidade devido a razões políticas, relacionadas com a vitória do absolutismo miguelista. O clima político e as perseguições dos miguelistas levaram-no a exilar-se primeiro na Galiza, e depois, em Inglaterra e em França. (Barata, 2003: 33).

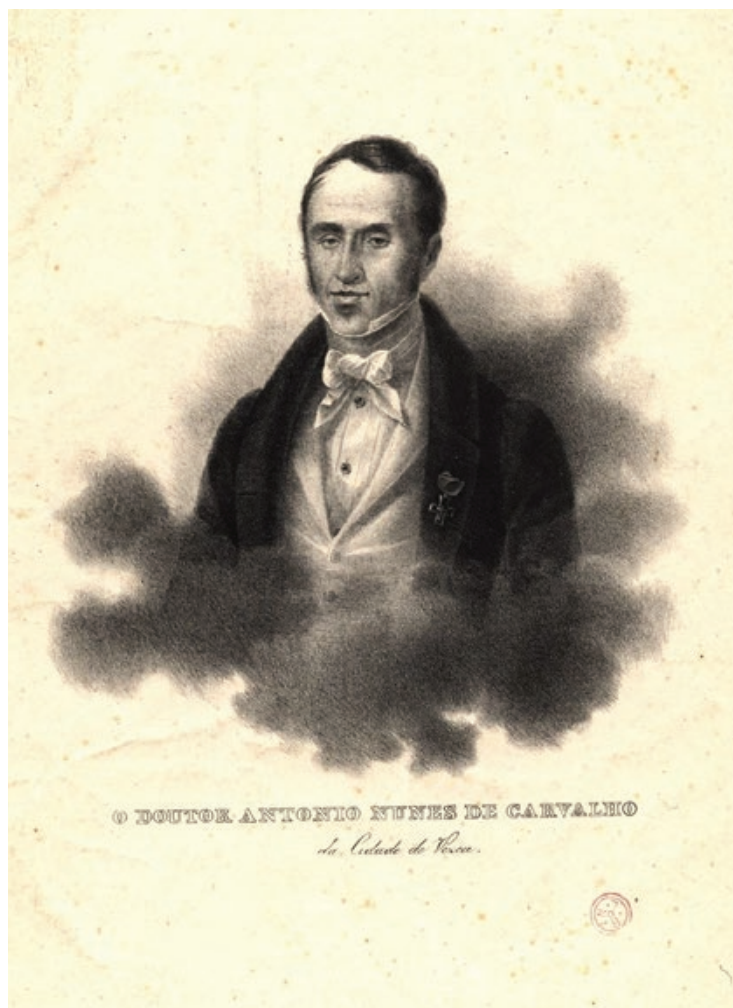


Fig 01. O Doutor Antonio Nunes de Carvalho da Cidade de Vizeu, s.d.; autor desconhecido; litografia, p&b; 15x14,7 cm; cota: E.1659 P.; © BNP

também um colecionador, interessado na construção de uma memória nacional⁴, característica que o direciona, precocemente, no caminho do romantismo. A convivência do futuro encarregado do DLEC, com

esta eminente figura e com outras com quem conviveu durante o exílio, tê-lo-á aproximado dos vetores chave do liberalismo e do romantismo, com consequências na construção da sua sensibilidade cultural.

TEMPO DE “HERÓIS”

Num tempo considerado como o despertar do romantismo português, em que Camões era a principal referência, inspirando uma geração que por razões políticas estava exilada (Soares, 2005), Nunes de Carvalho debruçou-se sobre outra figura exemplar e motivadora do progresso nacional: D. João de Castro.

Examinando a biblioteca do Museu Britânico e as principais bibliotecas e arquivos de Paris, publicou em 1833, com a contribuição pecuniária de outros ilustres portugueses, entre os quais a Marquesa de Palmela, os Marqueses de Nisa e o Marquês do Lavradio, o importante manuscrito de D. João de Castro *Roteiro em*

4. Segundo Brigola, Cenáculo cultivava dois pólos da curiosidade antiquária e arqueológica: o pólo clássico e o pólo nacional. Este último “radicava numa tradição historiográfica (...) que buscava a memória antiga do “Reyno de Portugal” documentada nos vestígios epigráficos, arquitectónicos, escultóricos, medalhísticos e numismáticos dos povos “antepassados” e dos tempos medievo e renascentista.” (Brigola, 2003: 423-424).

que se contem a viagem que fizeram os portuguezes no anno de 1541, partindo da nobre cidade de Goa atte Suez... (Castro e Carvalho, 1833), cujo original encontrou no referido Museu. "Tirado a luz pela primeira vez do manuscrito original e acrescentado com o Itinerarium Maris Rubri, e o retrato do author, etc. etc.", esta edição, contém ainda um prefácio e "Memorias e Louvores de D. Joam de Castro, e de seus escritos" – onde não faltam os comentários tecidos por James Murphy – refletia uma missão patriótica. Um dos objetivos seria "accender no peito da mocidade Portuguesa o desejo de imitar as virtudes deste grande Homem; bem certos de que os nobres feitos dos Varões Illustres são os incentivos

mais fortes para animos generosos, que amão a honra e a gloria" (Castro e Carvalho, 1833: XIII)⁵. Contribuía assim, para ajudar a cultivar a memória daquele grande herói cristão que Felix Lichnowsky em 1842, revela que permanecia viva e arreigada entre os portugueses, designando-o como "um dos pontos luminosos da história lusitana" (Lichnowsky, 2005: 173).

A ideia de glorificar a memória dos antepassados ilustres, várias vezes presente no discurso de Nunes de Carvalho, cara aos liberais românticos também enquanto estímulo para o progresso futuro, viria a estar, nos anos próximos, na ordem do dia.

A ARRÁBIDA

Em setembro de 1835, já encarregado do DLEC, Carvalho realizou uma viagem à Província do Alem-Tejo com o intuito de visitar alguns antigos espaços, inventariar, tratar da expedição de algumas livrarias e recolher informações.

Esta viagem via Azeitão, Arrábida, Setúbal, Alcácer do Sal, com destino a Évora, originaria pelo menos duas cartas dirigidas ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães. A primeira dessas missivas, datada de 27 de setembro, revela indícios das novas políticas liberais e mentalidade romântica que ganhavam então maior visibilidade no reinado de D. Maria II, através de nomes como Herculano – expressas no conjunto de artigos em defesa dos monumentos, que viria a publicar em 1838-39 no *Panorama* – ou Garrett.

A propósito da Arrábida, Nunes de Carvalho tecia a seguinte consideração:

"O sitio da Serra da Arrabida he pitoresco e romantico, talvez unico pela sua situação sobre o mar, e mui proprio para attrahir frequentes vizitas de nacionaes e estrangeiros curiosos deste genero de bellezas, o

que não póde deixar de ser mui util aos povos circum vezinhos, e ao paiz em geral. Alem disso o famoso Santuario que alli existe, he tido em grande veneração entre os habitantes das duas provincias vezinhas, e desperta a memoria de muitos Varões assignalados, que naquelle ermo passárão a ultima estação da vida. Pelo que me pareceo que seria não só util, mas politico conservalo no estado em que actualmente se acha."⁶

Nunes de Carvalho, com um forte sentido estratégico, aliando a utilidade à política, aludia à Arrábida (sítio tão apreciado pelos viajantes quanto Sintra – ao qual muitas vezes é comparado – Batalha, ou Alcobaça) e ao verdadeiro complexo franciscano Convento de Nossa Senhora da Arrábida, com uma origem associada à lenda de Hildebrandt e ligado aos Duques de Aveiro desde o séc. XVI – locais de forte componente histórica, remetendo para a memória nacional, onde passaram nomes ilustres como S. Pedro de Alcântara, Frei Agostinho da Cruz, D. Álvaro – Duque de Aveiro, entre outros.

Aquele conjunto paisagístico e patrimonial – semelhante a Sintra e ao Convento dos Capuchos, fundado por D. Álvaro de Castro, filho de D. João

5. Nunes de Carvalho teria ainda a intenção de publicar as restantes obras do terceiro Governador e quarto vice-rei da Índia (Castro e Carvalho, 1833: IX). Algumas cartas terão sido publicadas no *Instituto* de Coimbra. (*Gazeta*, 1867:1-2).

6. Quanto à Arrábida referia ainda que "tendo examinado, e feito inventariar tudo o que alli havia pertencente á minha Commissão, limitei-me por agora a mandar conduzir ao Deposito os poucos livros que alli havia de mais valor e raridade, deixando todo o resto bem acautelado para outra occasião." 27 de setembro de 1835, A.N.T.T., Ministério do Reino, Mç.2038.

de Castro – reunia premissas necessárias para ser conservado: importante testemunho do passado, local de grande veneração, estavam-lhe ligadas figuras ilustres e exemplares e era amplamente visitado por nacionais e estrangeiros, atraídos pelo “pitoresco e romântico”, termos que Nunes de Carvalho utilizou precocemente; apenas em 1831, anos antes do termo “romântico” aparecer referenciado, era apresentada a palavra “Pitorresco” definida como “adj. mod. usual. Que pinta, e descreve as coisas ao vivo, fielmente: “palavras –, estilo – ” translação de Pintor, Pintura. (do Italiano *Pittore, Pittresco.*)” (Silva e Velho, 1831: 474).

Ao invés do que sucederia com outros espaços, Carvalho pugnava pela sua conservação, revelando não só sentido de oportunidade, precursor de uma verdadeira visão “turística”, com as vantagens que daí adviriam, mas também as bases do romantismo que iam surgindo implícitas nas políticas liberais.

Já em finais do século XVIII, se encontravam testemunhos de estrangeiros que através de apreciações românticas, ilustravam as novas perspetivas dos locais que visitavam, contribuindo para a sua revelação e valorização.

A admiração por aquele sítio tinha já levado o poeta romântico inglês Robert Southey (1774-1843) a escrever o poema *Musings after visiting the Convent of Arrabida*, que viajantes posteriores passaram a citar e a que Carl Israel Ruders (1761-1837) aludirá em 1799, assegurando que a inspiração do poeta não ultrapassava a realidade, “e que as belezas do seu poema, em desenhos e cores, eram tirados «d’après nature».”; quando este sueco visita o local, cujo “panorama ao mesmo tempo grandioso e encantador”, com a “cadeia de montanhas com a sua deliciosa verdura, as suas românticas ondulações, os seus belos edifícios e a perspectiva das seis capelas equidistantes umas das outras, a descer numa linha suave até à praia; o incomensurável semicírculo formado pelo Oceano Atlântico, com os navios mais ou menos distantes”, deixam-no num “estado de assombro e encanto sublime” (Ruders, 2002: 66). [fig.02]

Também Marianne Baillie (c.1795-1830), em 1823, enaltecia a “romântica vastidão do panorama” que rivalizava com Sintra “tanto em beleza como em majestade”. A Arrábida constituía “uma das coisas mais peculiares e mais belas de Portugal”, o seu convento



Fig 02. Arrabida (álbum Scenery of Portugal & Spain), 1839; George Vivian (1798-1873), Louis Haghe (1806-1885) lit.; litografia aguarelada; c.55,8x38,5 cm; cota: E.A. 117 A.; <http://purl.pt/23874/3/#/24> © BNP

“um dos edifícios mais pitorescos que a imaginação pode conceber” (Baillie, 2002: 258).

Os bosques, a gruta, a forma como o convento se integrava na paisagem, a comunhão com a natureza, criavam, tal como em Sintra, um clima cenográfico em que os edifícios contrastavam com a paisagem natural, reunindo em si, para além da própria implantação,

fatores como a pátina e formas fantásticas, características de um novo valor pitoresco (Choay, 2006: 116).

Em 1830 Alexandre Herculano escreveria o profundo poema romântico *A Arrábida*,⁷ – paisagem infinita em que se detém sobre a liberdade, a pátria, Deus e a natureza – dedica-o ao amigo Rodrigo da Fonseca Magalhães, o mesmo destinatário da missiva que tratamos.

PRESERVAR A MEMÓRIA

Meses antes de Nunes de Carvalho proferir a sua opinião acerca da Arrábida, tinham já sido tomadas algumas das medidas de salvaguarda do património, nomeadamente, os critérios de venda dos bens nacionais, estabelecidos pela Carta de Lei de 15 de abril de 1835, através dos quais se exceptuava de serem alienados “As obras e Edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte, ou como Monumentos históricos de grandes feitos, ou de Epocas Nacionais” (Soares, 2014:10).

Em inícios de 1836, e no mesmo âmbito, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, por portaria/circular de 19 de fevereiro (Soares, 2014:10-11), convidaria a Academia Real das Ciências de Lisboa para efetuar uma pioneira tarefa de inventariação, de inspiração francesa. Pretendia-se formar uma relação de todos os edifícios das extintas Ordens Religiosas incorporados nos bens da Nação “notáveis pela epocha da sua fundação, factos historicos com quem tem íntima relação, monumentos fúnebres, ou relíquias de homens celebres que encerram, ou finalmente pela sua architectura, e por qualquer destes motivos se tornam dignos de ser conservados, e entretidos por conta do Governo, como monumentos publicos”. O objetivo era “sobre estar a tempo na venda, alienação, ou desorganisação destes objectos de interesse Nacional”⁸ (apud Alves, 2007: 251). Constatava-se a necessidade

de conhecer, conservar e manter património importante, fosse pelo valor artístico, pela antiguidade ou valor nacional.

A portaria de 8 de Abril de 1836, para a conservação das então “quasi esquecidas” ruínas de Sagres, vestígio de um passado glorioso em que se estabelecia ligação ao “Magnanimo Infante D. Henrique” e aos “intrépidos navegantes Portuguezes” (*Collecção*, 1836: 67), demonstra o “espírito da época”, numa necessária busca de reencontrar referências.

O desejo de evocar o passado e os heróis seria materializado pelos setembristas nesse ano, no decreto de criação do Panteão Nacional de 26 de setembro, vindo a ser nomeada uma comissão com o propósito de propor as providências necessárias à sua execução, elaborar um projeto de regulamento, e indicar um edifício nacional para esse fim. Dela fazia parte o próprio Nunes de Carvalho, com Almeida Garrett⁹, Francisco Silva Curense, José da Costa Sequeira e José Lopes da Câmara Sinval.¹⁰

Em 1840 viria a ser criada a Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais, no mesmo ano em que Mouzinho de Albuquerque iniciava a intervenção no Mosteiro da Batalha, monumento que encerrava um forte simbolismo, decorrente da sua associação a relevantes factos históricos e figuras nacionais (Neto, 1997).

7. Publicado em 1838, em *A Harpa do Crente: tentativas poéticas*.

8. Posteriormente, com vista à eficiente gestão e eventual conservação e utilização do elevado número de edifícios públicos, Mouzinho de Albuquerque, enquanto Inspetor-geral Interino das Obras Públicas, proporia um sistema de classificação dos edifícios. A.N.T.T. Intendência das Obras Públicas, Livro 370.

9. Dentro do mesmo espírito romântico de preservar a identidade nacional, Garrett viria a publicar o *Romanceiro*. Para a sua elaboração foi auxiliado por amigos na coleção dos contos populares; entre eles contava-se Nunes de Carvalho (Braga, 1904: xxxii).

10. Decretos de 26 de setembro e 21 de novembro; portaria de 3 de outubro de 1836 (*Collecção*, 1837: 16, 26-27, 87-88).

D. PEDRO DE SOUSA HOLSTEIN E O CONVENTO DA ARRÁBIDA

O convento da Arrábida ficaria sob protecção do Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein (Turim, 1781 – Lisboa, 1850). Com uma educação romântica, com formação artística desenvolvida em Itália, deteve várias vezes a pasta dos Negócios Estrangeiros, foi embaixador, conviveu com nomes como Madame de Stäel, aspetos que moldaram este diplomata, cultural e artisticamente, e o terço consciencializado da beleza e importância de preservar um local como a Arrábida. Num quadro político atribulado, revelou-se um mecenas para as artes, para os artistas e importante colecionador (Serrão, 2001: 80-86).

Em 1842, Felix Lichnowsky, salientava a sua “proficiência em diferentes ramos, ser muito erudito e muito versado no conhecimento das belas-artes”, esforçando-se em “resistir à completa decadência dos muito admiráveis restos que ficaram a Portugal da sua grandeza passada”, algo materializado nas suas “edificações e restaurações no convento da Arrábida”. (Lichnowsky, 2005:85) Segundo este príncipe, Palmela tinha encarregue um religioso secular “de vigiar pelo edifício” e, “graças ao seu desvelo”, louvavelmente tinham sido feitas “reparações mui apropriadas em todas as partes que ameaçavam ruína.” (Lichnowsky, 2005: 160). Mas a aura romântica permanecia. Refere Lichnowsky que aquele convento não continha então objeto algum de arte. No entanto, segundo ele, “a sua poesia existe na sua história, no sítio em que está e na orfandade de um templo abandonado.” (Lichnowsky, 2005: 160).

Interessado em preservar aquele espaço, talvez também influenciado pelo contexto político e cultural e pela intervenção de Albuquerque na Batalha, o Duque terá ali tentado manter unidade e equilíbrio, não descaracterizando o edificado e sua envolvente, atitude que será elogiada.

Manuscritos posteriores, oitocentistas, que narram a história do convento, aludindo a uma compra do convento e de uma grande parte da serra, ainda pelo 1.º Duque¹¹, enaltecem o facto de este não ter tido “a desgraça de tornar mais útil este monumento historico por meio de transformações à moderna” nem permitido que “por incuria viesse a desmoronar-se”; louvava-se assim estes “illustres fidalgos [que] esmerando se na conservação desses monumentos, que assim teem escapado ao vandalismo do camartello, que por ahi tanto tem distruido”, salientando que a eles se devia poder então ainda “visitar-se com certo prazer, e interesse a pittoresca serra da Arrabida, rica de tradições religiosas, e não menos de recordações honrosas para o nosso país.”¹²

D. Pedro de Sousa Holstein e Nunes de Carvalho deverão ter contactado diversas vezes, nomeadamente, em Londres (onde o primeiro ainda era embaixador e o último jura fidelidade à Rainha) e em Paris, pela mesma altura em que a então marquesa, era uma das patrocinadoras da edição do *Roteiro*.

Terá sido, na capital britânica, com o irmão de António Nunes de Carvalho, José, que Holstein mais privou. Este, quase desconhecido – que deverá ter regressado a Portugal em finais de 1827 (desencontrando-se do irmão), ocupado o lugar de Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (Palmela e Vasconcellos, 1854:336) e tornado apoiante miguelista (Silva, 1885:150) – era adido na legação portuguesa¹³, ali servindo durante mais de dez anos, preenchendo nos últimos quatro a falta do Secretário. A confiança e estima do então marquês que o designa na “honrosa missão” de “portador seguro” das cartas do Infante D. Miguel à mãe, irmã e tia, é notória, pedindo para este “benemerito empregado” a Cândido José Xavier protecção e reconhecimento, destacando o seu “nunca

11. Luz Soriano em *Revelações da minha vida e memorias de alguns factos...*, de 1860, refere a compra do convento por D. Pedro de Sousa Holstein. Infelizmente, a nossa investigação não permitiu apurar mais detalhes acerca deste assunto. 1863 costuma ser o ano apontado como aquele em que a Casa Palmela adquiriu o imóvel.
12. Convento de Nossa Senhora da Arrábida. Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho 1840/1897. Disponível em <http://digitarq.adstb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1333532> e <http://digitarq.adstb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1333529> (2015.04.07)
13. Terá sido José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855) a recomendá-lo ao Duque de Palmela “para o empregar na sua Secretaria”. Segundo este intelectual, José Nunes de Carvalho era “dotado de muita habilidade”, com “um talento mui particular para a pintura de retratos”, vindo “a morrer ainda muito moço, official d’uma Secretaria” (Carvalho, 1855:166-167)

desmentido zelo a bem do Real Serviço” e a “pureza da sua conduta” (Palmela e Vasconcellos, 1854:336-337). À semelhança do irmão, com quem divide amizades, como o Marquês do Funchal, esforça-se por preservar a memória nacional, envolvendo-se diretamente na edição/reimpressão em Londres de obras literárias que chega a enviar aos amigos através de Holstein.¹⁴ Desconhece-se

que tipo de relação mantinham os dois irmãos.

Apesar de não podermos dizer que António Nunes de Carvalho influenciou o Duque de Palmela em relação à Arrábida, é certo que as atitudes de ambos se inscrevem, subliminarmente, numa nova atitude romântica e nacionalista de defesa do património.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Alice Nogueira – “Inventariar para Salvar. Mousinho de Albuquerque e a Comissão incumbida de examinar os Edifícios dos Conventos Suprimidos (1836)”. *Artis*, 6, (2006), 249-267.

BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*. (Ilustrações M. Baillie, Tradução e introdução Albano Nogueira) Lisboa: BN, 2002.

BARATA, Paulo J. S. – *Os Livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa: BN, 2003.

BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CARVALHO, José Liberato Freire de – *Memórias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*. Lisboa: Typografia de José Baptista Morando, 1855.

CASTRO, D. João de. CARVALHO, António Nunes de (edição, prefácio, notas, etc.) – *Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os Portuguezes no anno de 1541, partindo da nobre cidade de Goa atee Soez (...). Tirado a luz pela primeira vez do manuscrito original, e acrescentado com o Itinerarium Maris Rubri, e o Retrato do Author, etc. etc.* ... Paris: Baudry/Barrois, 1833.

CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2006.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes, Publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835. Quarta Série. Edição oficial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes Publicados desde o 1.º de Janeiro até 9 de Setembro de 1836. Quinta Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836.
Gazeta de Portugal, 27 de junho de 1867, n.º1372.

GARRETT, Almeida. BRAGA, Theofilo (Prefácio, Revisão, Coordenação e Direcção) – *Obras Completas de Almeida Garrett, Grande Edição Popular Ilustrada*. ... Volume I *Poesia – Theatro (prosa e verso)*. Lisboa: Empresa da Historia de Portugal Sociedade Editora, 1904.

LICHNOWSKY, Felix – *Portugal. Recordações do Ano de 1842*. (il. D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha; trad. Daniel Augusto da Silva). Lisboa: Frenesi, 2005.

NETO, Maria João – *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

PALMELA, Duque de. VASCONCELLOS, J.J. dos Reis e (compilação) – *Despachos e correspondência do Duque de Palmela... Tomo Terceiro. Desde 3 de Janeiro de 1827 até 27 de Junho de 1828*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854.

RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798-1802* Reimpressão. (Prefácio e Notas Castelo Branco Chaves, Tradução António Feijó) Lisboa: BN, 2002.

SERRÃO, Vítor – “As colecções artísticas Sousa e Holstein/Palmela. Notas sobre um recheio coleccionístico de excepção”. PAIS, Alexandre Nobre (compil.) – *Uma Família de Coleccionadores*. Poder e Cultura. Antiga Colecção Palmela. Lisboa: Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001, pp.73-91.

SILVA, António de Moraes. VELHO, Theotonio José de Oliveira – *Diccionario da Lingua Portugueza (...) Quarta Edição, reformada, emendada, e muito accrescentada pelo mesmo author*. ... Lisboa: Impressão Regia, 1831, Vol. II.

SILVA, Innocencio Francisco da – *Diccionario Bibliographico Portuguez*. ... Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, Tomo 13.

SOARES, Clara Moura – “A extinção das ordens Religiosas em Portugal na implantação do Liberalismo: efeitos sobre o património artístico dos conventos”. RODRIGUES, José Delgado (ed.) – *De Viollet-le-Duc à Carta de Veneza Teoria e prática do restauro no espaço ibero-americano*, Livro de Atas. Lisboa: LNEC, 2014, pp.9-15.

____ – *As Intervenções Oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: O Sítio, a História e a Prática Arquitectónica*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005. 3 Vols. (Tese de doutoramento).

11. Luz Soriano em *Revelações da minha vida e memórias de alguns factos...*, de 1860, refere a compra do convento por D. Pedro de Sousa Holstein. Infelizmente, a nossa investigação não permitiu apurar mais detalhes acerca deste assunto. 1863 costuma ser o ano apontado como aquele em que a Casa Palmela adquiriu o imóvel.
12. Convento de Nossa Senhora da Arrábida. Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho 1840/1897. Disponível em <http://digitarq.adstb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1333532> e <http://digitarq.adstb.dgarq.gov.pt/viewer?id=1333529> (2015.04.07)
13. Terá sido José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855) a recomendá-lo ao Duque de Palmela “para o empregar na sua Secretaria”. Segundo este intelectual, José Nunes de Carvalho era “dotado de muita habilidade”, com “um talento mui particular para a pintura de retratos”, vindo “a morrer ainda muito moço, official d’uma Secretaria” (Carvalho, 1855:166-167).
14. A.N.T.T., Condes de Linhares, Mc. 77, doc.33. Carta de José Nunes de Carvalho dirigida ao Conde de Linhares, 31 de Maio de 1820.